

SUMÁRIO

PARTE I

AS ORIGENS DO POSITIVISMO JURÍDICO ANGLO-SAXÃO.....	37
1. “Positivismo” jurídico: algumas palavras sobre uma palavra	43
1.1 A teoria clássica do <i>common law</i>	47
1.1.1 Sir Edward Coke e a artificial reasoning.....	49
1.1.2 John Selden e Sir Matthew Hale	53
2. O positivismo jurídico como tal: Thomas Hobbes	60
2.1 Hobbes e o <i>common law</i> : autoridade, não razão	62
2.2 Hobbes era mesmo um positivista?.....	67
2.2.1 Direito e lei natural em Thomas Hobbes.....	70
2.2.2 <i>Law of nature</i> e <i>civil law</i>	74
2.3 Conclusão parcial	80
3. O direito em Jeremy Bentham	81
3.1 Bentham e o utilitarismo	84
3.2 Bentham e o positivismo	87
3.2.1 Dog law	95
3.2.2 Bentham e a evolução de seu pensamento jurídico	102
3.3 Conclusão parcial	109
4. O direito em John Austin	111

4.1	<i>A analytical jurisprudence</i>	113
4.1.1	Contradições e convergências com Jeremy Bentham	117
4.1.2	John Austin, entre a Alemanha e a Inglaterra.....	120
4.2	Conclusão parcial, e o legado da teoria jurídica de John Austin.....	124

PARTE II

POSITIVISMO E DIREITO COMO INTEGRIDADE.....	129
5. O direito em H. L. A. Hart	131
5.1 O que é o direito?.....	135
5.1.1 As críticas de Hart à concepção imperativista.....	136
5.1.2 Regras primárias e secundárias	144
5.1.3 Regra de reconhecimento.....	150
5.2 Direito e moral em H. L. A. Hart.....	155
5.3 Conclusão parcial: o positivismo e suas duas (ou três?) grandes teses.....	162
6. O direito em Ronald Dworkin.....	166
6.1 O <i>general attack</i> ao positivismo jurídico	167
6.1.1 A controvérsia dos princípios	168
6.1.2 Convenções, desacordos teóricos e o aguilhão semântico	171
6.2 <i>Law as integrity</i>	178
6.2.1 Interpretativismo: conceito e concepções	179
6.2.2 Convencionalismo e pragmatismo.....	183
6.2.3 As respostas da integridade.....	186
6.3 Interlúdio: A evolução do pensamento de Dworkin.....	190

7.	Considerações (breves) sobre o positivismo depois de Ronald Dworkin	193
7.1	O <i>postscript</i> de <i>The Concept of Law</i>	194
7.2	O positivismo inclusivo/includente	200
7.3	O positivismo exclusivo/excludente.....	204
7.4	Conclusão parcial	208

PARTE III

JEREMY WALDRON E A <i>DEMOCRATIC JURISPRUDENCE</i>.....		215
8.	Waldron e o positivismo normativo	217
9.	Waldron e Dworkin: <i>acordo</i> a partir dos <i>desacordos</i>	221
9.1	<i>Law e rule of law</i> : o conceito e o império do direito	223
9.1.1	“Against Casual Positivism”	228
9.1.2	Uma nova definição.....	231
9.2	<i>A democratic jurisprudence</i>	237
9.2.1	A metodologia de uma teoria democrática.....	239
9.2.2	O positivismo revisitado (por que não a integridade?).....	245
10.	Waldron e Dworkin: <i>desacordos</i> a partir dos <i>acordos</i>	251
10.1	Democracia e <i>judicial review</i>	253
10.1.1	O argumento contra o <i>judicial review</i>	258
10.1.2	O argumento da irrelevância da objetividade moral.....	264
10.1.3	Positivismo constitucional?.....	272
11.	Uma conclusão parcial, e os ecos de uma teoria democrática...275	
11.1	Reconstruindo o trajeto.....	275

11.2 Os caminhos a partir da terceira via	277
11.3 Aquilo que fica	283
CONCLUSÃO.....	285
LISTA DE LEITURAS RECOMENDADAS	291
REFERÊNCIAS UTILIZADAS.....	295